



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Agronegócio ou reforma agrária: o caso da fazenda da Barra em Ribeirão Preto/SP

Paulo Francisco Soares Freire
Kelli Mafort

Como citar: FREIRE, P. F. S.; MAFORT, K. Agronegócio ou reforma agrária: o caso da fazenda da Barra em Ribeirão Preto/SP. *In:* SIMONETTI, M. C. L.(org). **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento** – Meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.p181-185. DOI:<https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-140-9.p181-185>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

AGRONEGÓCIO OU REFORMA AGRÁRIA: O CASO DA FAZENDA DA BARRA EM RIBEIRÃO PRETO/SP

Paulo Francisco Soares Freire

Kelli Mafort

A cidade de Ribeirão Preto tem sido divulgada como a “Capital Nacional do Agronegócio”. Tentativas marketeiras como esta já tinham sido armadas pelas elites, como foi o caso da veiculação de programas na mídia que trabalharam a idéia na década de 1980, que Ribeirão Preto era a “Califórnia Brasileira”; nesta armadilha ideológica, chegou-se a afirmar que os cortadores de cana na região, recebiam salários tão altos que tinham até que declarar Imposto de Renda.

A região tem como característica fundamental uma agricultura monocultora e exportadora, baseada na cana-de-açúcar. É atualmente a maior produtora de etanol do mundo e está numa posição privilegiada, como referência tecnológica na era explosiva dos agrocombustíveis.

Enquanto que no Brasil a expansão da área plantada de cana-de-açúcar passou, em 1988, de 4.150.000 ha, para, em 2002/2003, 5.380.000 ha (representando um aumento de 1.230.000 ha ou 30%), na região de Ribeirão Preto passou, no mesmo período, de 1.085.668 ha para 2.293.301 ha (um aumento de 1.207.633 ha ou 111%). Fonte: dados combinados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) e Associação Brasileira do Agribusiness de Ribeirão Preto-SP (ABAGRP, 2007).

Nossa região, composta por 125 municípios, tem uma área total de 5.172.500 ha, sendo que deste total, 4.089.000 ha é destinado à agricultura e pecuária e, mais especificamente, 2.293.301 ha (área maior que o Estado do Sergipe –

2.205.000 ha) ocupados por cana-de-açúcar, ou seja, 44,34 % da área total da região (dados referentes a 2003).

Mais do que dados ilustrativos, estes números apontam para a efetivação de um projeto que pretende, cada vez mais, tornar esta região num deserto verde de cana ou, melhor ainda, num deserto líquido de álcool.

Porém esta região, que é considerada um símbolo do agronegócio, tem sido também apontada pelos movimentos ambientais e de luta pela terra, como símbolo das contradições deste modelo agrícola, causando impactos desastrosos para toda a sociedade.

Num período histórico de debate acirrado acerca das conseqüências dos danos ambientais e do aquecimento do planeta, a humanidade está sendo cobrada a se posicionar quanto à sua própria existência e das futuras gerações. Os movimentos sociais têm alertado que não há saídas possíveis a esta grave questão, dentro do Capitalismo e também tem defendido a necessidade vital de construirmos uma nova sociabilidade, baseada em outras relações de produção e consumo.

O campo brasileiro está em disputa entre a força do agronegócio que tem articulado o velho latifúndio com a dita modernidade das transnacionais e a luta dos Movimentos Sociais, especialmente o MST, por Reforma Agrária e Soberania Popular.

Para exemplificar tal disputa, trabalharemos alguns aspectos destes diferentes projetos políticos num estudo de caso: a Fazenda da Barra em Ribeirão Preto/SP.

CARACTERIZAÇÃO E BREVE HISTÓRICO DA FAZENDA DA BARRA

A Fazenda da Barra é uma área de 1.780 hectares (equivalente a 2.132 campos de futebol), que fica próxima da Rodovia Anhanguera, no município de Ribeirão Preto. É área de recarga do Aquífero Guarani, um dos maiores reservatórios de água potável do mundo, que fornece 100% da água consumida na cidade.

Em agosto de 2003, cerca de 400 famílias ligadas ao MST passaram a lutar pela Fazenda da Barra. A área foi considerada improdutiva em 2000, através de vistoria do INCRA, além disso seus “proprietários” já estavam sendo alvo de denúncias por parte do Ministério Público Estadual, devido as agressões cometidas contra o meio ambiente. Em dezembro de 2004, o presidente da República assinou o decreto de desapropriação afirmando que a área era de interesse social para fins de Reforma Agrária.

Em julho de 2004 houve uma reintegração de posse e os trabalhadores acampados tiveram que deixar a fazenda, montando novo acampamento no Sitinho, área cedida por um amigo do MST para o alojamento das famílias. Mas o espírito de luta pela Fazenda da Barra continuava vivo: em 21 de setembro de 2004 houve outra ocupação, organizou-se as famílias em 21 Núcleos de Base que ocuparam a fazenda

quase em sua totalidade, como estratégia de segurança para a resistência na luta pela terra. Formou-se assim a comunidade do Acampamento “Mário Lago”, que passou a produzir grande quantidade de alimentos, de forma agroecológica, respeitando a natureza e preservando o Aquífero Guarani, importante reserva de água potável que tem como área de recarga e abastecimento a região leste de Ribeirão Preto, onde estão localizadas as terras da Fazenda da Barra.

Uma importante demonstração de resistência e de organização das famílias acampadas e do MST, ocorreu em dezembro de 2004, quando foi decretada a reintegração de posse da fazenda em favor de seus proprietários. Através de uma forte articulação entre as famílias, os dirigentes e militantes do MST, promotores de justiça, universitários entre outros amigos do movimento, a reintegração não se concretizou. Todos os policiais mobilizados não entraram na fazenda e recuaram, sem que as famílias fossem obrigadas a deixar o local.

Já em 2005, as famílias do Acampamento “Mário Lago” tornaram-se as maiores produtoras de alimentos de Ribeirão Preto, com uma safra estimada de 30 toneladas de milho, 15 toneladas de feijão e 20 toneladas de mandioca. Paralelamente à esta ampla produção, a comunidade organizada em setores passou a ter melhor qualidade de vida, com todas as crianças nas escolas, projetos em parceria com a Secretaria da Saúde, cursos, debates e oficinas de formação, além de diversos eventos realizados com o apoio de organizações, universidades, igreja, etc. Todas estas iniciativas demonstraram a construção não só de um acampamento, mas de uma nova vida a todos e todas.

Após um intenso processo de lutas e pressão política por parte da sociedade, a Fazenda da Barra foi conquistada definitivamente em maio de 2007, quando se concretizou a imissão de posse por parte do Incra, reconhecendo o direito das famílias a serem assentadas.

A comunidade já vem discutindo o projeto de assentamento há alguns anos, num processo que envolve muitos debates e formação acerca da cooperação e da defesa ambiental. O assentamento será um PDS (projeto de desenvolvimento sustentável), que foi criado através da Portaria nº 477/99 do Incra e prevê a construção de assentamentos especiais.

Além disso está sendo firmado um compromisso entre as famílias assentadas e o Incra, perante o Ministério Público Estadual, que é o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental), que assegura a concessão coletiva da terra, a cooperação em diferentes níveis, a destinação de 35% para área de Reserva Legal, a recuperação de APPs (áreas de preservação permanente) e o desenvolvimento de um projeto educativo e cultural para a comunidade.

Esta Fazenda conheceu dois projetos políticos de concepção para o campo. Para efeitos de comparação, selecionamos alguns aspectos que merecem ser

destacados no uso pelo agronegócio e no trato pelas famílias do MST: uso da terra, a questão da água, o trabalho, meio ambiente, soberania alimentar e a questão social.

Neste pedaço de Brasil, é possível ter um exemplo do significado e das conseqüências dos modelos que estão em disputa no campo e na sociedade como um todo.

Este espaço conheceu o latifúndio se “maquiando” de agronegócio e também está conhecendo a luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Não é possível uma conciliação ou integração destes modelos. Agronegócio e Reforma Agrária estão em lados diferentes na luta de classes.

REFORMA AGRÁRIA

1- Uso da Terra

- * Assentamento de 300 famílias.
- * Agroecologia: produção de alimentos saudáveis e garantia de diversidade; práticas de conservação de solo.
- * Respeito à função social da terra (art. 5, inciso XXIII e arts. 184, 185 e 186 da Constituição Federal).

2- A questão da água

- * Recuperação das APPs (áreas de preservação permanente: nascentes, matas ciliares, etc.)

3- Meio Ambiente

- * Destinação de 35% da área para reserva legal (reflorestamento e agro-floresta – o que possibilita maior absorção de água no solo)
- * Reflorestamento como contribuição ao necessário projeto de cinturão verde para a região
- * Preservação e recomposição da fauna (animais) e flora (plantas)
- * Campanha permanente com a sociedade sobre a importância do Aquífero Guarani e da defesa ambiental.

AGRONEGÓCIO

1- Uso da Terra

- * Propriedade privada de uma única família.
- * Combinação entre períodos de improdutividade (conforme laudo do Incra/Itesp de 2000) e expansão da monocultura da cana para satisfazer o alto padrão de consumo dos países ricos.
- * Descumprimento da função social da terra (art. 5, inciso XXIII e arts. 184, 185 e 186 da Constituição Federal).

2- A questão da água

- * Contaminação das águas do Aquífero Guarani e do rio Pardo, pelo uso de agrotóxicos (fonte: Embrapa)

3- Meio Ambiente

- * Campanha criminoso pela redução da destinação de 20% para áreas de reserva legal (florestas).
- * Queimadas que provocam o efeito estufa e o aumento de doenças respiratórias.
- * Diminuição das chuvas e aumento da temperatura (fonte: Unesp Rio Claro);
- * Extinção da fauna (animais) e da flora (plantas).
- * Desmatamento das APPs (Áreas de preservação permanente) e das áreas de preservação legal (ver laudo técnico do Ministério Público).

<p>4- Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> * Geração de 2000 empregos diretos e cerca de 3000 indiretos; * Estímulo à cooperação; * Capacitação permanente em conservação de solo, agroecologia, cooperação e comercialização. <p>5- Soberania Alimentar</p> <ul style="list-style-type: none"> * Produção de alimentos orgânicos (sem o uso de agrotóxicos) para consumo próprio e comercialização local a preços justos. * Cultivo de diferentes tipos de sementes, o que proporciona uma variedade e riqueza na alimentação. <p>6- Ganho Social</p> <ul style="list-style-type: none"> * Cerca de 200 crianças na escola e fora das ruas; * Construção de 300 casas em regime de mutirão. * Valorização da cultura popular (cantadores, tocadores, contadores de histórias, folia de reis, etc...); * Construção do Programa de saúde preventiva com o uso e manipulação de ervas medicinais <p style="text-align: center;">FUTURO: VIDA</p>	<p>4- Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> * Mecanização e desemprego * Morte de trabalhadores por exaustão no corte da cana: desde 2005, vinte e um mortos apenas no Estado de São Paulo (fonte: Pastoral do Migrante). * Trabalho escravo: o proprietário da Fazenda da Barra foi enquadrado na lista do trabalho escravo do Ministério do Trabalho. <p>5- Soberania Alimentar</p> <ul style="list-style-type: none"> * Não produz alimentos para a população da região (cerca de 80% dos alimentos consumidos pela população de Ribeirão Preto vêm de outras regiões do país) * Uso indiscriminado de agrotóxicos, ameaçando inclusive a produção saudável das áreas de assentamentos. <p>6- Ganho Social</p> <ul style="list-style-type: none"> * Expulsão das famílias do campo, gerando grave crise na política habitacional e de emprego da cidade e região (aumento das favelas e da violência urbana). Na cidade de Ribeirão Preto, existem mais pessoas vivendo nas cadeias do que no campo (Fonte: Jornal Brasil de Fato/2007). * Retirada de recursos públicos da área social para pagamento de dívidas particulares e irresponsáveis: 2,2 bilhões de Reais retirados do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador- para pagamento de dívidas particulares (dívidas com instituições privadas), conforme o jornal O Estado. <p style="text-align: center;">FUTURO: MORTE</p>
---	---

Quadro 1. Campo brasileiro: Dois Projetos estão em jogo.

Fonte: Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra. 2007.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2006